

Acabar com a crise do custo de vida: Aumentar salários, lucros fiscais!

Esta crise está a ser impulsionada pelo excesso de lucros - não pelos salários.

Os salários não são a causa da inflação. Os trabalhadores são as vítimas desta crise, com o valor dos seus salários a diminuir enquanto os preços dos bens do dia-a-dia aumentam. Isto aumenta as desigualdades existentes, sendo os trabalhadores com salários baixos e as pessoas vulneráveis os mais atingidos.

Os empregadores, os governos e a UE têm a responsabilidade de tomar medidas urgentes para enfrentar a crise do custo de vida, garantindo aumentos salariais, apoio de emergência para famílias em dificuldades, um limite de preços, tributação e redistribuição de lucros e riqueza em excesso.

É por isso que os trabalhadores e os seus sindicatos em toda a Europa estão a apelar a um **plano de seis pontos** para enfrentar a crise do custo de vida e para construir uma economia que produza resultados para os trabalhadores. **Exigimos:**

1 Aumento da remuneração para fazer face ao aumento do custo de vida e para garantir que os trabalhadores recebem uma parte equitativa dos ganhos de produtividade, bem como medidas para promover a negociação coletiva como a melhor maneira de garantir um salário justo e uma economia sustentável.

2 Os pagamentos dirigidos às pessoas que lutam para pagar as suas contas de energia, pôr comida na mesa e pagar a renda da casa; o direito à alimentação e a uma casa quente são direitos humanos que devem ser protegidos. Não se pode esperar que as pessoas em situação de pobreza paguem contas incomportáveis. Deve ser imposta a proibição de corte de serviços.

3 Os limites máximos de preços, especialmente no custo das contas de energia e um imposto sólido sobre os lucros excessivos da energia e de outras empresas, para garantir que não possam especular sobre esta crise, juntamente com outras medidas para parar o lucro, como a redução de dividendos, e para evitar a especulação sobre os preços dos alimentos.

4 Medidas nacionais e europeias de apoio anti-crise para proteger os rendimentos e os empregos na indústria, nos serviços e no sector público, incluindo medidas do tipo SURE para proteger os empregos, os rendimentos e para financiar medidas sociais para lidar com esta crise e processos de transição justos.

5 Reformar o funcionamento do mercado energético da UE. Reconhecer que a energia é um bem público e investir para atacar as causas profundas da crise, como o sub-investimento em energia verde e as consequências da privatização.

6 Um lugar à mesa para os sindicatos criarem e implementarem medidas anti-crise através do diálogo social. Este é o método comprovado para gerir a crise com sucesso.

Os governos e a UE não podem ignorar esta crise. O preço da inação ou da adopção da resposta errada, como aumentos das taxas de juro, congelamento dos salários ou regresso à fracassada agenda de austeridade, será catastrófico.